SF/26677.60743-50 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO Nº DE - CI

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da segurança energética nacional e os investimentos estratégicos em infraestrutura como garantidores do abastecimento e da soberania.

Para discutir sobre esse tema, julgamos importante contar com a presença de autoridades governamentais, de dirigentes de associações representativas de classe e de especialistas na área

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- representante do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP);
- representante da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

JUSTIFICAÇÃO

Em um cenário global marcado por volatilidades geopolíticas e transições tecnológicas aceleradas, a robustez da infraestrutura energética brasileira torna-se um ativo estratégico de primeira grandeza. O objetivo desta audiência pública é discutir os caminhos para fortalecer a resiliência do nosso sistema produtivo e logístico, assegurando que o Brasil possua as bases físicas

SF/26677.60743-50 (LexEdit)

necessárias para suportar o crescimento econômico e proteger-se de instabilidades externas que possam comprometer o abastecimento nacional.

Uma infraestrutura de energia eficiente e moderna é o que permite ao País integrar suas vastas riquezas naturais aos grandes centros de consumo e exportação. O Brasil possui um território de dimensões continentais, o que impõe desafios logísticos monumentais para o escoamento de petróleo, gás e fontes renováveis. O debate proposto busca explorar a necessidade de investimentos contínuos em dutos, terminais, refinarias e linhas de transmissão, que formam o sistema circulatório da nossa economia. A segurança energética não se faz apenas com a disponibilidade do recurso no subsolo ou na geração, mas com a garantia de que este recurso chegue ao destino final de forma segura, econômica e sem gargalos que encareçam o custo de vida do cidadão e a produção industrial.

Nesse contexto, a proteção dos ativos estratégicos contra vulnerabilidades físicas e cibernéticas é um pilar indissociável da segurança nacional. A integridade de nossa malha de transporte e armazenamento deve ser preservada contra interferências que possam causar riscos ambientais, sociais e desabastecimento. Discutir infraestrutura significa também olhar para a modernização dos ativos existentes e para a expansão da capacidade de refino e estocagem, reduzindo a dependência de importações e garantindo que o País tenha autonomia para gerir suas reservas em momentos críticos. A soberania energética é alcançada quando o Estado e a iniciativa privada colaboram para construir um sistema redundante e resiliente, capaz de absorver choques e manter o país operante sob qualquer circunstância.

Além disso, a segurança energética no século XXI exige uma visão integrada da transição para fontes de baixo carbono. A infraestrutura deve ser capaz de acolher a crescente participação das fontes renováveis intermitentes, o que demanda investimentos em tecnologias de armazenamento e na firmeza do sistema provida por fontes como o gás natural. O planejamento de longo prazo deve assegurar que a expansão da matriz ocorra sem comprometer a estabilidade

elétrica, evitando apagões ou picos de preço que desestimulem o investimento produtivo. Fortalecer a infraestrutura é, portanto, preparar o Brasil para uma nova era de eficiência, onde a conectividade e a inteligência de dados otimizem o uso de cada megawatt gerado e de cada barril produzido.

Por fim, esta iniciativa busca reafirmar o papel do Senado Federal na construção de políticas de Estado que garantam a perenidade do abastecimento nacional. A segurança energética é o alicerce sobre o qual se constrói a confiança do investidor e a qualidade de vida da população. Ao promover este debate, o Parlamento sinaliza que o Brasil está comprometido com a construção de uma malha de infraestrutura moderna, protegida e capaz de sustentar o desenvolvimento das próximas décadas.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2026.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)

SF/26677.60743-50 (LexEdit)